



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2013

ABUSOS

Audiência discute parto humanizado

Gritos, ameaças, humilhações e agressão física contra gestantes e parturientes. Esses e outros abusos foram discutidos na audiência pública de tema “Parto humanizado: por um nascimento sem violência”, ocorrida durante a tarde de ontem na Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese). “Os hospitais públicos estão dando um exemplo para os hospitais privados”, disse a presidente da Alese e também médica, Angélica Guimarães. Também participaram deputados da Comissão de Saúde da Assembleia, representantes da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Muitas vezes, as mulheres não sabem que sofrem abuso, motivo pelo qual o problema é bastante desconhecido; as agressões partem tanto de profissionais da saúde quanto de uma paciente para outra. “É preciso levantar esse debate!” disse a promotora Euzá Missano, representante do Ministério Público do Estado (MPE). Ela defendeu a superação da violência obstétrica, a humanização do atendimento à parturiente e ao recém-nascido. A promotora também destacou que o MPE já tem um procedimento para pré-natal, transporte da parturiente e atendimento à gestante, mas não para o parto humanizado.

O superintendente da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, Luis Eduardo Correia, falou da importância do pré-natal e informou que as ações de humanização do parto vêm sendo desenvolvidas na MNSL. Ele citou a presença das doulas (voluntárias que acompanham a gestante) na maternidade e o serviço Rota Materna criado pelo Governo do Estado para garantir a assistência à gestante no município mais próximo da sua cidade de origem.

Já a deputada Ana Lúcia afirmou que o problema é mais amplo e também causado pela formação de alguns médicos. “É importante ajudar os médicos progressistas, cientes de seu papel social, a ajudar os demais. [A medicina no Brasil] passou a ser muito mercantilizada”, frisou.

Ainda segundo a parlamentar, a formação elitizada devido a custos mais caros da formação do profissional não pode deixá-los insensíveis às demandas e necessidades da população. “A reação [da classe] quanto ao programa Mais Médicos foi muito ruim, corporativista, de desinformação. Os médicos [no entanto] estão analisando que, com a falta de interação, a população começou a dizer ‘olha, tem que dar um basta nisso’”.

Por sua vez, a médica Priscilla Batista, professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), defendeu que é necessário expor esse tipo de violência para enfrentar a questão e ir além do investimento na judicialização das relações com os profissionais de saúde.